



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS**  
**PROCURADORIA GERAL DA CÂMARA**  
**PROCURADORIA ESPECIALIZADA DE ACESSORAMENTO LEGISLATIVO**  
**PARECER JURÍDICO INTERNO Nº 040/2019**

---



**PARECER JURÍDICO PRÉVIO Nº 086/2019**

**PARECER JURÍDICO PRÉVIO AO  
PROJETO DE LEI Nº 038/2019, QUE  
DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO  
FUNDO DE INCENTIVO ÀS AÇÕES  
DE ENSINO SUPERIOR, E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**1) RELATÓRIO**

1. Foi encaminhado pelo Expediente Interno nº 100/2019-PGL o Projeto de Lei nº 038/2019, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a criação do Fundo de Incentivo às Ações de Ensino Superior, e dá outras providências, que por força do § 1º do art. 241 do Regimento Interno desta Casa, haverá que ser exarado Parecer Jurídico Prévio.

2. É o relatório.

**2) FUNDAMENTAÇÃO**

3. Importa mencionar em princípio, que a fase de Parecer Prévio implica o recebimento regular da Proposição, aferida pela Diretoria Legislativa com base nos critérios estabelecidos no art. 196 do Regimento Interno, inclusive com relação ao acompanhamento obrigatório de cópia digitalizada, inclusive dos anexos, quando for o caso.

4. A competência para legislar sobre esta matéria está no arco das competências privativas do Prefeito Municipal, consoante art. 53, incisos V e VII da Lei Orgânica Municipal e, neste passo, atendendo ao critério formal:

**Art. 53.** São de iniciativa privativa do Prefeito as leis que disponham sobre:

(...);

V – organização administrativa, serviços públicos e de pessoal da administração; (**Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 001/2016, de 26 de abril de 2016**)

1



VII - criação, estruturação e atribuições dos órgãos da administração pública municipal.



5. Entretanto, tanto a Constituição Federal (art. 163, Inciso IX), quanto a Lei Orgânica Municipal (art. 103, Inciso VIII), vedam a criação de fundos sem prévia autorização legislativa.

6. Segundo proponente, o Projeto visa "estimular a implantação de projetos que possibilitem oferecer igualdade de condições para o acesso e permanência nas universidades". Destina, entre outras receitas, 1,7% (um vírgula sete por cento) da arrecadação municipal com a Compensação Financeira da Exploração Mineral – CEFEM, para o respectivo fundo.

7. Não obstante o nobre objetivo do Projeto, o seu art. 3º padece de ilegalidade, por quanto a criação de Conselhos Municipais gestores dos fundos, dependem também de prévia autorização legislativa nos termos do art. 12, Inciso XVIII e art. 71, Inciso XLI da Lei Orgânica Municipal e, desta forma, não se permitindo que tal instância de gestão seja criada por expedição de Decreto do Chefe do Poder Executivo, conforme se vê abaixo:

Art. 12. Cabe à Câmara, com sanção do Prefeito, não exigida esta para o especificado no artigo subsequente, dispor sobre as matérias de competência do Município, especialmente:

XVIII - legislar sobre a criação, organização e funcionamento de Conselhos e Comissões;

Art. 71. Compete, privativamente, ao Prefeito:

XLI - criar, através de lei, conselhos municipais;

8. Dado a flagrante inconsistência material apontada no item anterior e, para que não seja maculado o Projeto de Lei por inteiro, faz-se necessário e, como forma de aproveitar o restante do Projeto, que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação elabore emenda supressiva ao art. 3º do presente Projeto, à fim de garantir sua legalidade a aprovação pelo plenário da parte não maculada.

9. Nesse passo, importa mencionar que a criação do Fundo sem a criação do respectivo Conselho Gestor, inviabiliza quaisquer pretensões de gastos oriundos da formulação de políticas públicas. Aliás, embora não haja imposição legal, é praxe, inclusive do próprio proponente, que a criação de fundos e respectivos conselhos sejam efetivados no mesmo diploma legal.

10. Quanto ao critério material, sanada a ilegalidade apontada pelos itens 7 e 8 deste parecer, observo que nada há na legislação federal, estadual e municipal que possa macular o restante da proposição.

11. Por fim, insta mencionar que não obstante os pareceres jurídicos prévios exarados pela Procuradoria Geral Legislativa desta casa não ter o caráter de observância obrigatória pelas comissões e pelos demais edis, os argumentos e ou teses neles esposados espelham entendimentos em simetria ao que determina o ordenamento jurídico brasileiro, bem como da mais sólida jurisprudência possível, requerendo, como consequência, que os entendimentos diversos sejam lastreados por argumentos que contenham no

 2

mínimo a robustez capaz de desqualificar e ou desconfigurar a argumentação posta.

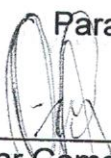



### 3) CONCLUSÃO

12. Diante de todo o exposto esta Procuradoria Especializada de Assessoramento Legislativo, **entende, conclui e opina pela legalidade parcial** do Projeto de Lei nº 038/2019, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a criação do Fundo de Incentivo às Ações de Ensino Superior, e dá outras providências, condicionado, entretanto, para sua integral regularidade e legalidade, a oferta pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, de emenda supressiva ao art. 3º do presente projeto de lei, pelos fundamentos declinados nos itens 7 e 8 deste parecer.

13. É o parecer, s.m.j. da autoridade superior.

Parauapebas/PA, 25 de junho de 2019.

  
\_\_\_\_\_  
Nilton César Gomes Batista  
Procurador Legislativo  
Mat. 0012011

  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS  
Dr. Celso Valério N. Pereira  
Procurador Geral Legislativo  
Port. 072/2019